

Anarquismo italiano, transnacionalismo e emigração ao Brasil: Contribuições ao debate teórico

Italian anarchism, transnationalism and emigration to Brazil: Contributions to
theoretical debate.

Carlo Romani*

Resumo: As redes transnacionais criadas pelos ativistas anarquistas, especialmente entre o fim do XIX e início do XX são bastante conhecidas da historiografia. No caso do anarquismo italiano, devido às fortes perseguições políticas sofridas na última década do século XIX, a transnacionalidade do movimento constitui-se em regra. A vinda de imigrantes anarquistas para o Brasil faz parte dessa história transatlântica. Em São Paulo, o encontro de anarquistas italianos permitiu a criação de grupos de afinidade articulados em rede que foram muito profícuas para a propaganda. Um desses esforços gerou o periódico “La Battaglia” (1904-1913), talvez o principal meio de difusão do anarquismo no Brasil no início do século XX.

Palavras-chave: anarquismo, imigração, transnacionalismo

Abstract: The transnational networks built by anarchists activists in the end of the 19th and beginning the 20th centuries, are already much known by the historiography. For Italian anarchism, due to the political persecution suffered in the 19th, transnational networks became the rule of the movement. Italian's anarchist immigration to South American cone was part of this transatlantic history. The encounter of many activists in São Paulo, Brazil, allowed the creation of several affinity groups working together, an important improve to the propaganda. In 1904, one of these efforts resulted in their aim media, “La Battaglia”, maybe the most important, certainly a very popular periodical in Brazil until 1913.

Key words: anarchism, immigration, transnationalism

Na passagem dos séculos XIX para o XX, período de profundas transformações na sociedade brasileira, com urbanização e industrialização intensivas, os setores políticos e

* Professor Associado, Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Doutor em História UNICAMP (2003).

econômicos dominantes criaram e difundiram a tese de que o anarquismo seria uma “planta exótica” – vinda da Europa, não teria clima favorável para se desenvolver por aqui. Essa comparação biológica entre um movimento filosófico e político pautado pela busca intransigente da autonomia política e da liberdade e igualdade entre os seres humanos, como pode ser definido genericamente o anarquismo, a uma planta estranha a nossos biomas, não deixa de ser indicativo do receio de proliferação das novas ideias trazidas na bagagem dos imigrantes junto ao proletariado nacional, tido por essa mesma elite como “pacífico e ordeiro”. O lema “Ordem e Progresso” estampado na bandeira estigmatiza a ideia geral da recém declarada República, de forte apelo nacionalista, indicando o uso da mão firme em relação à população mais pobre, se essa “ordem” fosse questionada. Afinal, a inverídica frase atribuída a Washington Luís quando governador do Estado de São Paulo – “A questão social é um caso de polícia!” – carregava, de fato, a verdadeira compreensão dos trabalhadores sobre como as lutas sociais eram tratadas pelos mandões brasileiros de sempre, sejam eles conservadores ou liberais.

A emigração italiana ao Brasil entre o XIX e o XX

A tal da planta exótica não fora prevista pelos mentores intelectuais das políticas de embranquecimento populacional – Sílvio Romero, Nina Rodrigues e João Batista de Lacerda, à frente, e cada qual à sua maneira – como solução para o que julgavam ser o atraso social relativo do país em relação ao mundo “civilizado”. Esse embranquecimento desejável da população índia, negra e mestiça deveria ocorrer através do contínuo contato interétnico promovido pela vinda de imigrantes a partir do fim dos Oitocentos. A ideia de uma provável assimilação cultural do e pelo imigrante passava por “uma adequação do estrangeiro à formação latina e católica do país, mantendo-se, por certo, a opção preferencial pelos brancos, agora, da Península Ibérica e da Itália” (SEYFERTH, 2002, p. 129). Seyferth discute os princípios racialistas que embasaram a política de colonização no Brasil, e faz especial atenção aos controversos núcleos agrícolas de estrangeiros no Sul do país, destoantes dos objetivos assimilacionistas desejados para os imigrantes. Pensada desde o Império como estratégia de povoamento e colonização agrícola de áreas de fronteira cultural, a política migratória incrementada durante a República, dirigida, por exemplo, às serras e planalto gaúcho e catarinense, áreas de contato entre as frentes pioneiras e as populações indígenas de guaranis e caingangues, pejorativamente chamados

“bugres”¹, deveria gerar, preferencialmente, braços para a agricultura em substituição à antiga mão de obra escrava, então liberta e abandonada, na maior parte dos casos, à própria sorte.

Em outro contexto geográfico, o interior do Estado de São Paulo, na última década do século XIX disseminou-se uma maciça chegada de imigrantes provenientes, em sua maioria, do nordeste da Itália. A difícil adaptação dos colonos nas fazendas de café, um trabalho então ainda fortemente influenciado pelos modelos escravistas, levou muitos desses imigrantes italianos a abandonarem o campo e procurarem oportunidades nas cidades². Foi assim que Adolfo Rossi, encarregado dos assuntos migratórios do Ministério dos Negócios Exteriores da Itália, atendendo a uma série de denúncias que vinham sendo vinculadas na imprensa italiana, esteve em viagem oficial pelo Brasil no ano de 1902 para verificar as condições de trabalho dos colonos nas fazendas de café. O relatório resultante da visita não foi nada abonador:

É uma verdadeira combinação afortunada se uma família de camponeses acaba em uma boa *fazenda*, com mais frequência ocorre, especialmente agora, depois da crise, que os colonos venham requisitados por *fazendeiros* arruinados ou brigões e prepotentes, que os segregam, fazendo-os trabalhar como escravos das 5 da manhã às 7 da noite, mesmo durante a chuva, que os constroem a comprar os gêneros alimentícios nas suas *vendas*, a preços caríssimos, que os sobrecarregam de multas sob os mais fúteis pretextos e que, depois de quatro ou cinco anos de fadiga, os defraudam de seus ganhos, pois na maior parte das vezes a *fazenda* vem leiloada, após um processo dos credores.³

1 “A menção às incursões indígenas estancadas pela presença colonizadora mostra o lugar reservado aos nativos, designados por um termo depreciativo (bugres) – o desaparecimento. Com a intensificação dos assentamentos, os remanescentes seriam impiedosamente “caçados” pelos *bugreiros*, categorizados como selvagens, antítese da civilização ‘europeia’ trazida pela colonização”. Comentário ao relato do Padre Joaquim Gomes d’Oliveira e Paiva, datado de 1846, sobre a colonização em São Leopoldo (RS), (SEYFERTH, 2002, p. 122)

2 A questão da dificuldade de adaptação do imigrante italiano na atividade de colheita nas fazendas de café já foi trabalhada de forma abrangente pela historiografia. Essa relação de esperança e frustração entre os colonos está presente em dois dos trabalhos mais significativos sobre os emigrantes italianos ao Brasil: (TRENTO, 1989; ALVIM, 1998). Na perspectiva da atuação de grupos anarquistas na denúncia das precárias condições de trabalho nas fazendas paulistas, o jornal anarquista *La Battaglia*, de São Paulo, por exemplo, manteve durante vários anos seguidos uma coluna denominada “Dalle Caienne Brasiliane”, em alusão à Ilha do Diabo na colônia francesa (ROMANI, 2015, p. 141-159).

3 Tradução do autor. “È una vera combinazione fortunata se una famiglia di contadini va a finire in una buona *fazenda*: più spesso accade, specialmente ora dopo la crisi, che i coloni vengano assunti da *fazendeiros* rovinati o maneschi e prepotenti, che li segregano facendoli lavorare come schiavi dalle 5 antimeridiane alle 7 pomeridiane, anche durante le piogge, che li costringono a comperare i generi alimentari nelle loro *vendas* a

A denúncia vinda de um alto adido fez com que o governo italiano emitisse o Decreto Prinetti, proibindo a emigração subsidiada ao Brasil de grupos de familiares. Com esse ato, a entrada de colonos italianos dirigidos às fazendas no interior do Estado de São Paulo, apesar de continuar existindo e inclusive com o agenciamento de oficiais consulares, passou a sofrer uma contínua queda anual, ao que Angelo Trento chamou de “refluxo emigratório”, entre os anos de 1903 e 1920, com todas as implicações que a manutenção do decreto causou (TRENTO: 1989, p. 57-68). Em contrapartida, passamos a assistir ao aumento relativo da emigração espontânea de italianos para o trabalho comercial e fabril nas cidades, impulsionada localmente por um deslocamento urbano interno dos que haviam emigrado anteriormente.

Se de fato parte significativa de todo o contingente imigrante italiano ingressado no Brasil dirigiu-se ao campo (ALVIM, 1998), a tese generalizante de que o movimento da grande migração internacional deu-se preferencialmente em direção ao campo e que só num segundo momento caminhou para as cidades passou a ser questionada por pesquisas que apontaram destinos distintos para os emigrantes, desde a saída dos portos europeus. Por exemplo, no caso dos contingentes de emigrantes portugueses, chegados desde o XIX, e no de sírio-libaneses, a partir da década de 1910, o destino amplamente majoritário foi o das grandes cidades, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, entre outras. A colônia emigrante espanhola e galega, também teve destino urbano semelhante, Santos, Salvador, Rio de Janeiro, como mostram diferentes trabalhos. Por outro lado, há pesquisas indicando um fluxo pouco conhecido de espanhóis para as fazendas paulistas⁴. Enfim, queremos salientar a necessária prudência nas análises, evitando a construção de modelos que se mostram frágeis ante as evidências. Com isso, entendemos que não seja possível fazer generalizações em relação ao grande movimento migratório internacional dirigido ao Brasil entre os séculos XIX e XX. A começar em relação ao destino dos aqui chegados, em função, tanto do largo período pelo qual se estendeu esse fluxo, com diferentes ofertas e possibilidades de

prezzi carissimi, che li sovraccaricano di multe sotto i più futili pretesti e che, dopo quattro o cinque anni di fatiche, li defraudano delle mercidi poiché il più delle volte la *fazenda* viene venduta all'asta, dietro domanda dei credori”. (ROSSI, 1902).

⁴ A bibliografia pertinente é extensa, aqui indicamos somente alguns dos trabalhos que abordam o problema colocado para os emigrantes da Península Ibérica: (SOUSA et. al., 2006; SILVA, 2007; 2009; CÂNOVAS, 2009). Salta à vista ainda a escassez de estudos sobre a emigração árabe ao Brasil: a chegada dos primeiros sírio-libaneses, denominados turcos pelo passaporte emitido pelo Império Otomano, remonta, pelo menos, à década de 1890.

trabalho, quanto pelas diferentes nacionalidades envolvidas somadas, ainda, às particularidades regionais existentes em cada país promotor da emigração.

Ao tratarmos da emigração dos peninsulares, mesmo circunscrevendo-a ao período entre os anos de 1890 e 1920, é importante apontar que as diferenças regionais na Itália foram bastante determinantes no fluxo emigratório. A tradução das obras de Emilio Franzina (2006) ajudou a desfazer as generalizações e os equívocos interpretativos⁵. Os trabalhadores provindos da região norte desse país, lombardos e emilianos do vale do Pó e a grande massa de emigrantes do Vêneto (35% do total de expatriados entre 1878 e 1902, segundo Franzina), na maioria dirigiram-se, desde o início da emigração, às serras do sul do país e aos campos de café do interior paulista. O mesmo não pode ser dito dos emigrantes provindos do centro da Itália, vindos em menor número, principalmente da Toscana e do Lácio, cuja distribuição geográfica no Estado de São Paulo indica uma concentração nas cidades de médio a grande porte já desde o fim do século XIX, muitos trabalhando como artesãos ou comerciantes. Tampouco vale esse destino campestre para os emigrantes vindos do sul da Itália, principalmente napolitanos e calabreses, cuja chegada mais intensa, suplantando inclusive os provindos do norte, ocorreu no início do século X. Estes, em sua maioria, dirigiram-se para as grandes cidades: São Paulo e Rio de Janeiro. De todo modo, com o decorrer dos anos, o fato é que mesmo os estrangeiros provindos da Itália mais rural e que se destinaram inicialmente ao trabalho nas fazendas de café do interior de São Paulo e sul de Minas Gerais, num significativo esforço geracional conseguiram tornar-se pequenos proprietários a partir da década de 1920. Desde então, a imensa maioria dos imigrantes italianos encontrava-se amplamente concentrada nas cidades, inserindo-se cultural e socialmente na dinâmica da sociedade brasileira, como indicam, já há bastante tempo, estudos gerais sobre a imigração menos conhecidos dos historiadores (KLEIN, 1989).

Anarquistas italianos, imigrantes circulando no Brasil

⁵ O primeiro pesquisador a alertar para a diversidade da emigração italiana ao Brasil e a impossibilidade de se falar em migrante italiano no século XIX em São Paulo, uma vez que os próprios se reconheciam como napolitanos, calabreses, vênnetos, ou ainda mais pelas suas províncias de origem, trevisanos, trentinos, etc., foi Michael Hall (1974). A maior parte da emigração italiana ao Brasil partiu do porto de Gênova no norte da Itália. O maior contingente de emigrantes, vênnetos e vizinhos, que se dirigiu ao Sul e às fazendas de café paulistas, tinha como alimentação básica a polenta e como dança tradicional o quatrilho, muito bem representada no filme homônimo de Fábio Barreto (1995). Entretanto, o senso comum, através da imagem estereotipada na mídia, como exemplo a famosa novela *Terra Nostra*, ainda representa esse imigrante como um napolitano, comedor de pizza e dançador da tarantela.

Dentre os diferentes grupos nacionais de imigrantes radicados no Brasil, mesmo que não possamos individualizar exatamente o início da propaganda anarquista, seria correto afirmar que a contribuição mais decisiva para a difusão do anarquismo foi aquela da comunidade italiana, e principalmente daquela imensa parcela de italianos radicada no Estado de São Paulo. Desde o ano de 1891, o anarquismo já era uma realidade concreta no Brasil quando houve a implementação da comunidade experimental da Colônia Cecília no interior do Paraná, conhecida por colocar em prática uma forma de organização social baseada na ideia da livre associação dos indivíduos, da autogestão da produção e da tomada coletiva de decisões. Giovanni Rossi, diretor do periódico *Lo Sperimentale*, natural de Pisa e idealizador da colônia, foi um médico veterinário e agrônomo que acreditava numa sociedade livre sem patrões nem empregados, onde homens e mulheres trabalhariam e se divertiriam em harmonia, ou seja, o protótipo idealizado no século XIX para uma futura sociedade anarquista⁶. Dessa experiência que durou três anos saíram alguns anarquistas notórios, como Arturo Campagnoli, que teria fundado uma colônia em Guararema-SP (RODRIGUES, 1994, p. 75-76) e Francesco Gattai, avô da escritora Zélia Gattai. Alguns dos integrantes da Cecília deslocaram-se posteriormente para São Paulo, dando impulso ao anarquismo paulista. O pintor e jornalista Gigi Damiani, um dos líderes da grande greve geral paulista de 1917, mesmo não tendo participado da experiência da Cecília, bebeu indiretamente dessa fonte ao conviver em Curitiba com alguns integrantes da colônia junto aos quais editou o primeiro jornal libertário paranaense, *Il Diritto*, entre 1897 e 1899 (DAMIANI, 1948).

Não há como afirmar categoricamente, mas pode ter havido alguma relação entre a dispersão dos cecilianos ao término do experimento durante a década de 1890, com a profusão de periódicos em língua italiana, declaradamente anarquistas ou socialistas libertários, principalmente na cidade de São Paulo, apesar de a maior parte dos nomes envolvidos nas publicações não ter tido qualquer contato com o experimento de Palmeira. Em sua maioria, foram experiências redacionais tímidas, geralmente de curta tiragem e de curta duração, mas que ocuparam um lugar politicamente crítico, de fundo socialista libertário, na nascente imprensa independente paulista, até então quase inexistente. O principal deles foi *L'Avvenire*, periódico semanal anárquico dirigido por Felice Vezzani, um

⁶ O projeto comunitário do médico pisano já havia sido gestado uma década antes (ROSSI, 1878). Rossi revisou sucessivamente seu projeto nas edições posteriores de 1884 e 1891 (FELICI, 1994, p. 346). Sobre a Colônia Cecília (MUELLER, 1999).

sindicalista convertido ao anarquismo e defensor de uma atuação que posteriormente seria classificada como organizacionista (discutiremos adiante essa questão) pela sua atuação em prol da formação de sindicatos. *L'Avvenire* foi publicado de modo quase contínuo entre novembro de 1894 e agosto de 1895, até a prisão de seu diretor (ANTONIOLI et. al.: 2004, p. 673-675). O Primeiro de Maio passou a ser lembrado como uma data de luta dos trabalhadores com demonstrações mais ostensivas que culminaram nas explosões ocorridas nas ruas de São Paulo na noite desse dia em 1893, bastante recriminadas pelo periódico oficial da colônia italiana, o *Fanfulla*. O anarquismo passou a figurar mais recorrentemente nas páginas policiais da imprensa nacional e os militantes italianos passaram a ser detidos em massa (FELICI, 1994, p. 373)⁷. Vezzani, por exemplo, após ser detido e enviado ao Rio de Janeiro, conseguiu ainda editar clandestinamente por alguns meses o periódico em São Paulo até ter de fugir para Buenos Aires, onde retomou a publicação de *L'Avvenire* em 1897.

Sobreviver como imprensa operária combativa nessa São Paulo da década de 1890 foi uma tarefa árdua e, de acordo com Isabelle Felici, colocou-se como o principal objetivo de seus redatores, pelo menos, até o ano de 1896. Todos esses primeiros periódicos de caráter socialista anárquico, *Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umano*, *L'Avvenire* e *L'Operaio*, e seus diretores, sofreram duramente a repressão policial (FELICI, 1994a, p. 326-327). Somente a partir de 1898, já num momento de significativo incremento do contingente de trabalhadores anarquistas em terras paulistanas, com a publicação de *Il Risveglio*, de Alfredo Mari e a participação de Gigi Damiani após o 22º. número, é que esse periodismo de classe vai conquistar um lugar socialmente aceito e alcançar relativa perenidade. *La Birichina*, dirigido por Galileo Botti, teve vida mais longa e de 1895 a 1898 publicou 30 números. Explica-se, talvez, pelo caráter mais individualista do autor, ao dar-lhe um perfil mais satírico e humorístico, com uma redação menos agressiva e combativa do que, por exemplo, o *Avvenire*.

Com a chegada do novo século, a imprensa libertária em língua italiana de São Paulo proliferou-se significativamente acompanhando o incremento populacional da cidade e, principalmente, apoiando-se na enorme quantidade de italianos que haviam se instalado no município. No auge, no início do século XX, eram italianos mais de 40% da

⁷ “Felice Vezzani escreveu de sua prisão do Rio em 14 de novembro de 1894, carta que *L'Avvenire* reproduziu do jornal do Rio, *O Estrangeiro*, as dez pessoas detidas são as seguintes: Andrea Alemos, Augusto Bargioni, Galileo Botti, Eugenio Gastaldetti, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Antonio Maffucci, Francesco Patelli, Serafino Suppo, e Felice Vezzani”, (tradução do autor).

população total do município de 260.000 habitantes, segundo dados de 1904 (FRESCURA, 1904, p. 24, *apud* SEIXAS, 1992, p. II). No início dessa nova etapa, a primeira metade da década de 1900, as ideias anarquistas em São Paulo já eram bastante conhecidas pela comunidade italiana e difundiam-se também entre os nacionais, fruto de uma contínua campanha através da imprensa. Dentre os mais ativos no novo século, o romano Gigi Damiani a partir de 1900 passou a contar com a companhia de reforços de peso vindos da região da Toscana, como Tobia Boni e seu periódico *La Palestra Sociale*, Alessandro Cerchiai, um prestigiado articulista residente em São Paulo que se correspondia com a imprensa libertária de Buenos Aires e de Milão, e Angelo Bandoni, um ativíssimo anarquista poliforme que dirigiu *Germinal* e fundou uma escola libertária homônima na capital paulista e outra no interior do Estado (BENEVIDES, 2016).

Breve panorama da historiografia sobre o anarquismo italiano

Anarquismo e imigração são palavras que caminham juntas quando falamos da experiência libertária italiana. Antes de tudo deve-se entender que para a difusão das ideias socialistas de cunho revolucionário logo após a unificação do Reino de Itália, num momento de grande circulação do republicanismo de Mazzini e Garibaldi, inclusive entre os trabalhadores, foi fundamental a passagem de Mikhail Bakunin por Florença e Nápoles em 1864, onde entrou em contato inicialmente com Carlo Cafiero e depois com Errico Malatesta, que se tornariam os principais ativistas italiano na Associação Internacional dos Trabalhadores, a AIT (MASINI, 1982). Em seguida, desde o início da década de 1870, dezenas e até centenas de organizações de trabalhadores, muitas delas secções aderentes à AIT, mais conhecida apenas como Internacional, foram sendo criadas na Itália como resultado da profusão das ideias internacionalistas propagando a revolução social como o meio de se estabelecer um regime de igualdade e liberdade, sem a exploração entre os homens (MARINI, 2017). Foi um período inicial do sindicalismo de caráter revolucionário, logo em seguida à Comuna de Paris de 1871, quando a luta entre trabalhadores e patronato na Europa ocorria de modo visceral com repostas violentas principalmente da parte do aparelho de Estado e de sua investida policial contra os internacionalistas que nesse momento ainda lutavam somente pela organização dos trabalhadores.

Na Itália, a perseguição aos trabalhadores politicamente mais ativos ocorreu de forma muito dura até o início do século XX, fato que mostra as intrínsecas relações entre a

classe patronal e o Estado na elaboração de uma política repressiva de controle social (LEVY, 1989). A contínua preocupação com o fortalecimento do movimento operário e o surgimento de uma classe operária organizada e revolucionária, por um lado, somado, por outro, ao surgimento de uma reação anarquista contra a perseguição política e policial no período que se convencionou chamar de “época dos atentados” (MASINI, 1983; ANTONIOLI e MASINI, 1999), levou também à organização de um tipo novo de polícia política que agia de modo preventivo infiltrando-se no segmento operário e montando um sistema internacional e transatlântico de comunicação e vigilância entre diferentes países (JENSEN, 2009; GALEANO e ALBORNOZ, 2017).

Aqui temos de abrir espaço para uma discussão historiográfica sobre o anarquismo na Itália. Os primeiros trabalhos historiográficos sobre a história do anarquismo italiano no século XX foram todos feitos por historiadores marxistas. Enzo Santarelli (1973) é considerado o primeiro “historiador do anarquismo italiano” ao publicar *Il socialismo anarchico in Itália*, em 1959. Desde sua primeira publicação até a segunda versão já bem modificada e republicada em 1973, houve no autor um evidente distanciamento da ortodoxia stalinista, sinal dos novos tempos da Europa pós-68, como nos explica Carl Levy (1989) no capítulo em que discute a transformação conceitual do anarquismo italiano entre 1870 e 1926 e suas diferentes abordagens historiográficas. Na Itália, a historiografia sobre o tema do anarquismo demorou a ser produzida e o trabalho coletivo *História das ideias e movimentos anarquistas*, publicado originalmente em 1962 pelo historiador canadense George Woodcock (2002), era, na época, ainda uma das poucas referências escritas que tratavam do anarquismo italiano internacionalmente. Apesar de mostrar suas preferências mais individualistas, Woodcock seguiu a interpretação política dos demais autores da época que escreveram sobre o anarquismo, por exemplo, a de Eric Hobsbawm (1970), que o considerou em texto de 1959 um forma arcaica de movimento social.

Resumindo, para a historiografia do trabalho de viés marxista até a década de 1970, o anarquismo foi tratado como sendo um movimento datado do século XIX e persistente em algumas regiões mais periféricas do capitalismo no século XX, resultante do caráter por eles chamado “espontaneísta” da ação social movida por agitadores originados em sua maioria na pequena e média burguesia, quase que excluindo do movimento os trabalhadores urbanos e rurais empenhados numa luta classista. Para esses cientistas do social, os anarquistas faliram historicamente em seu intento revolucionário ao não perceberem as transformações em curso no caráter organizativo do mundo industrial da

modernidade. O último suspiro desse movimento teria sido o “curto verão da anarquia” catalão em 1936. Woodcock, apesar de não fazer parte dessa historiografia, acompanha o mesmo modelo interpretativo marxista, para quem, o anarquismo, ao abandonar um pretense perfil bakuninista, violento e destrutivo da sociedade instituída, e aproximar-se de sua componente comunista, kropoktiniana, teria perdido o antigo espaço de ação junto às massas sem conseguir competir com formas tidas como superiores, ou mais evoluídas, de organização política e partidária, tributárias teoricamente de Marx e que desembocariam no leninismo.

Gino Cerrito (1977), em um artigo publicado na *Rassegna Storica Toscana*, de 1968, foi o primeiro historiador a escrever sobre a história do anarquismo italiano partindo de um problema historiográfico. Nove anos depois ele ampliaria seu estudo e publicaria uma breve história do anarquismo na Itália. Em 1974, o já citado Pier Carlo Masini, o mais notório historiador do anarquismo na Itália, escreveria originalmente seu célebre *da Bakunin a Malatesta*, primeiro volume de uma história dos anarquistas italianos, no qual seriam lançadas as balizas cronológicas e as premissas teóricas e práticas para o entendimento do desenvolvimento histórico do anarquismo na Itália, relacionando-o aos fenômenos revolucionários em curso na segunda metade do século XIX no resto da Europa. Retornando a Cerrito, seu grande mérito foi o de ter problematizado pela primeira vez o caso do anarquismo italiano como um duplo problema historiográfico. Inicialmente porque até então sua história vinha sendo contada por aqueles que se transformaram em seus inimigos históricos dentro do que se convencionou chamar de campo político da esquerda. É notória a frase “se gli anarchici non se ne curano la storia la faranno i loro nemici”⁸ enunciada pelo socialista Gaetano Salvemini, professor de Camilo Berneri na Universidade de Florença (SENTA, 2015: p. 10). E é notório também que desde a revolução russa, o bolchevismo e o marxismo ortodoxo tornaram-se os maiores inimigos do anarquismo, pelo menos daquele anarquismo radicalmente antiautoritário. Santarelli, por exemplo, foi o historiador marxista italiano que, seguindo a prática de Hobsbawm relacionava diretamente o anarquismo às revoltas pré-políticas e enterrou o anarquismo italiano como um movimento político expressivo já sob o governo de Francesco Crispi (1894-98). Durante esses anos de final do XIX, o primeiro-ministro italiano enfrentara os feixes dos trabalhadores na Sicília em 1893, os levantes dos marmoreiros na Lunigiana em

8 Trad. Se os anarquistas não tomarem cuidado a história deles será feita pelo seu inimigo.

1894 e os motins do pão em Milão em 1898, todos movidos pela ação direta de ativistas anarquistas, empreendendo-lhes uma verdadeira caçada e prendendo centenas de militantes e simpatizantes, acusados de associação para a delinquência, confinando, em ilhas e promontórios ao largo da costa italiana no chamado *domicilio coatto*, a fina flor do anarquismo italiano.

A vertente socialista do anarquismo italiano, título do estudo de Santarelli, fortalecida a partir do final do século XIX com a projeção internacional de Errico Malatesta, teria sido um movimento anacrônico, uma sombra do Partido Socialista, cuja sobrevivência ao tempo teria ocorrido graças à estrutura econômica da atrasada Itália meridional. Para essa corrente historiográfica, ao colocar o problema da ocupação das fábricas nos centros operários do norte, em Turim, Milão e na região da Emília durante o chamado *biênio rosso* (1919-20), o comunismo anarquista italiano teria sido inexpressivo ante a organização mais bem preparada dos socialistas revolucionários no comando das centrais sindicais e do surgimento do grupo *Ordine Nuovo*, embrião do futuro Partido Comunista Italiano. Posteriormente, os estudos realizados pelo historiador Maurizio Antonioli (1997) sobre o sindicalismo italiano das duas primeiras décadas do século XX mostram a enorme participação dos anarquistas nas vertentes mais combativas do sindicalismo revolucionário, justamente aquelas que protagonizaram e organizaram a ocupação das fábricas metalúrgicas na Emília-Romagna e na Lombardia, embrião do anarcossindicalismo do início da década de 1920. Então, onde residiria a errônea leitura que associava diretamente anarquismo à falta de organização e ao “espontaneísmo” de trabalhadores “primitivos”. Para Cerrito isso pode ter sido deliberadamente causado pela leitura marxista dessa época histórica, mas também pode ter sido o resultado de uma incompreensão teórica sobre o modo de organização do anarquismo feita pelas vertentes marxistas da historiografia.

Na última década, diversos estudos no campo da “História global”, entre eles o ensaio de Davide Turcato (2007), enfrentam esse problema ao indicarem que qualquer estudo histórico sobre a forma de organização política do anarquismo precisaria levar em consideração que esse movimento carecia de uma organização formal como aquela existente nos partidos socialistas e comunistas. Daí ignorar, ou melhor, menosprezar o caráter menos orgânico dos modos de organização dos grupos anarquistas, desconhecendo a importância da fluidez e da flexibilidade como modelo organizacional. O não entendimento de que a pretensa descontinuidade histórica formal das organizações

anárquicas foi, muitas vezes, estratégia de ação frente às contínuas investidas da repressão, levou às interpretações equivocadas sobre a intermitência dos grupos anarquistas e da pequena penetração social do movimento. Para contornar esse problema documental, Turcato propõe a proeminência do uso das fontes da imprensa e das diferentes tipologias de propaganda usadas pelos grupos anárquicos para se traçar uma história transnacional do movimento para além das possíveis descontinuidades formais.

O outro problema historiográfico que surge em decorrência dessa mobilidade do anarquismo italiano, provém justamente do seu caráter transnacional. Primeiramente devido à emigração maciça de trabalhadores italianos, quase que uma diáspora para outros países da Europa, das Américas, da Oceania, da África e Oriente Médio mediterrâneo. Um movimento emigratório continuado por mais de quatro décadas, entre 1875 e 1915, que levou ao exterior aproximadamente quatorze milhões de italianos, mais de um terço de sua população total às vésperas da I Guerra (ROSOLI, 1978). Um país de emigrantes, de emigrantes trabalhadores e muitos deles anarquistas fugitivos da perseguição política em seu próprio país. Isso explicaria a orientação anárquica de vários dos movimentos operários surgidos em diferentes países da América que receberam o forte impacto da emigração italiana. Os Estados Unidos, a Argentina, o Brasil e o Uruguai, por exemplo, foram alguns desses países onde, ao contrário da própria Itália, devido à dispersão, e da maior parte dos países europeus, o anarquismo foi o principal movimento organizador da classe operária revolucionária entre fins do século XIX e início do XX.

Turcato vai além nessa problematização do caráter particularmente transnacional do anarquismo italiano, característica que, de outro modo, já havia sido apresentada por Cerrito e ainda mais bem desenvolvida pela sua discípula Adriana Dadá (1985), tributária, na época, da corrente plataformista do anarquismo⁹, em sua história do anarquismo

9 A chamada corrente plataformista do anarquismo propôs fazer uma releitura/revisão do anarquismo a partir da redação da Plataforma do Comunismo Libertário por Pedro Archinov, do grupo Dielo Truda de exilados russos na França, em 1926. O plataformismo reapareceu no contexto do segundo pós-guerra e teve como principal difusor o francês Georges Fontenis (1953), identificando o papel de minoria ativa, já existente em Bakunin, com o de vanguarda revolucionária. Na América do Sul, a partir do contato de anarquistas uruguaios com essa corrente francesa na década de 1950, ela foi adaptada às características dirigistas regionais denominando-se especificismo. No contexto histórico que estamos trabalhando neste artigo, fim da década de 1920, Malatesta e Fabbri responderam negativamente ao convite da Plataforma para organizarem uma União Geral de anarquistas que pretendia, entre outras proposições, excluir os individualistas e centralizar a decisão sobre determinadas ações, argumentando que na Itália já havia sido constituída a UAI, Unione Anarchica Italiana, com um concepção pluralista e não dirigista do anarquismo. A troca epistolar entre Makhno e Malatesta encontra-se traduzida para o português e pode ser acessada em diversas páginas. Indicamos esta: <http://www.nestormakhno.info/portuguese/mala_reply_pt.htm> . Poucos anos após, Malatesta publicou em *L'Adunata dei Refratari*, de Nova York, uma áspera crítica aos revisionistas anarquistas, derivados de uma cisão

comunista italiano. O que Turcato inova é no fato de mostrar que o caráter transnacional do anarquismo italiano supera o da própria imigração italiana para os quatro cantos do mundo. Ou seja, a diáspora de anarquistas foi entendida como uma forma de resistência do movimento às sucessivas perseguições políticas que ele sofreu no século XIX em território italiano e depois nos países vizinhos, na Suíça, França e Bélgica. Uma resistência ao extermínio organizada através de uma rede de ativistas muito bem articulada ao redor do mundo, empenhada na recepção e difusão das ideias anárquicas, ativistas que fizeram da propaganda anarquista sua própria vida. Por outro lado, a imprensa anarquista desempenhou um papel central para a reunião, a difusão do movimento, e sua posterior rearticulação na Itália através de um conjunto de experiências, não somente de trabalhadores italianos, mas também dos demais trabalhadores imigrantes nos países para onde se deu a diáspora, dando uma vitalidade política e cultural ao movimento anarquista italiano não comum nos movimentos dos demais países europeus, muito mais etnocêntricos, fato que lhe permitiu sobreviver apesar das ininterruptas e cruéis perseguições que sofreu até o final do fascismo, em 1945.

Portanto, de acordo com Turcato, a força do anarquismo italiano residiria justamente na imigração de trabalhadores anarquistas e na produção de uma imprensa em língua italiana em diferentes países do mundo como instrumento de propaganda política. Longe de representar seu enterro, segundo o entendimento dos historiadores marxistas, essa descontinuidade organizacional seria sua maior força. Uma quase estratégia, quase por que não fora percebida como tal pelos agentes envolvidos, que permitiu ao anarquismo reorganizar-se historicamente em diferentes épocas, inclusive após o fim da ditadura fascista. Uma força política que teve em Errico Malatesta seu mais conhecido mentor, cuja origem remonta à repressão ao Congresso de Bolonha, ainda em fins de 1872, quando adotou-se a estratégia definida por Andrea Costa, de manter clandestinos os veículos de difusão das ideias da Internacional na Itália, bem como suas seções regionais que começavam a serem montadas (MARINI, 2017, p. 103-131).

A marca do anarquismo italiano, em grande parte devida à propaganda exaustiva realizada por Malatesta, foi a de fazer um tipo de política voltada para os setores mais

entre os plataformistas, que foi logo traduzida para o português (MALATESTA, 1932) alertando para os riscos de burocratização do movimento anarquista internacional. A discussão historiográfica mais aprofundada sobre o problema da organização na plataforma foi elaborada na Itália por Gino Cerrito, para quem “l’atteggiamento filobolscévico di Archinov e il suo rientro in U.R.S.S. diedero alla “Piattaforma” il colpo di grazia” (CERRITO, 1973, p. 307). Trad. “o comportamento filobolchevique de Archinov e seu reingresso na URSS deram à “Plataforma” o golpe de graça”, o que de fato não ocorreu.

pobres da população através de diferentes formas de ação direta. Desde o uso do instrumento da greve geral dentro do movimento operário, passando pela efetiva difusão de uma imprensa combativa, até a organização de uma educação alternativa, o anarquismo italiano, dentro ou fora do país, manteve um nível de organização suficiente para que as ações fossem bastante efetivas sem a constituição de hierarquias dirigentes, característica dos futuros bolcheviques, mas já presente na centralização sindicalista revolucionária denunciada pela próprio Malatesta no Congresso de Amsterdam de 1907 (MALATESTA, 1907). Essa forma de ação dominante do anarquismo italiano, desenvolvida principalmente no pensamento e na ação de homens como Malatesta (TURCATO, 2011-2015) e Luigi Fabbri (FABBRI, 1996), capaz de contemplar e sintetizar as diferenças entre individualistas e sindicalistas em prol de uma união comum, foi o que permitiu a constituição da Unione Anarchica Italiana na década de 1920, uma forma que ficou conhecida na história do anarquismo pelo nome de anarcocomunismo.

O modelo comunista do anarquismo inspirado originariamente no pensamento de Kropotkin surgiu na Itália na última década do século XIX no seio de um debate entre tendências individualistas, denominadas anti-associonistas e tendências associacionistas que sob a influência de Malatesta tornaram-se dominantes no começo do século XX, como já enunciamos. Contudo, durante o século anterior ainda havia uma forte reação da parte dos anarquistas individualistas às formas de organização do movimento sindical na Itália, pois entendiam o fenômeno da organização como algo que levaria inevitavelmente a formas marxistas de socialismo baseadas na centralização e na hierarquia, e dirigidas por um partido. Devemos lembrar que após a intensa repressão aos internacionalistas desencadeada pela polícia italiana, houve uma primeira cisão entre os ativistas mais proeminentes do anarquismo italiano, com a passagem de Andrea Costa para o Partido Operaio, futuro Partido Socialista (PERNICONE, 1993, p. 166-178). Durante toda a década de 1880 e no começo da seguinte, foi a corrente parlamentar do socialismo que conseguiu escapar à repressão política e fincar bases no seio da maioria do operariado italiano. Entendem-se, assim, os motivos da enorme desconfiança dos anarquistas italianos em relação aos sindicatos, nesse século .

Transnacionalismo, circulação de ideias e o anarquismo italiano no Brasil

Agora estamos em condição de entender melhor a dinâmica do anarquismo italiano no Brasil e sua importância na organização de classe dos trabalhadores no país. A origem e

a evolução histórica desse anarquismo refletiu-se também nos textos escritos pelos imigrantes italianos nos periódicos publicados no Brasil e o problema da organização atravessou grande parte do debate nessa imprensa (FELICI, 1994, p. 326-338). À exceção de *L'Avvenire* de Felice Vezzani, a maioria dos primeiros periódicos libertários ainda no XIX, *Caradura*, *La Birichina*, expressaram através de redatores como Giovanni Gavilli sua recusa às formas de organização, principalmente em relação à presença anarquista dentro das organizações sindicais. O ponto de passagem para uma não demonização da ideia de organização entre os anarquistas italianos radicados no Brasil ocorre com os escritos de Malatesta que circulam nos primeiros anos do século passado, nos quais se postulava uma maior organização dos trabalhadores, sem contudo se definir o sindicato como espaço prioritário da luta revolucionária. A exclusividade do sindicato como espaço social do anarquismo será adotada por anarquistas como Giulio Sorelli que se aproximavam cada vez mais do modelo do sindicalismo revolucionário italiano ligado ao Partido Socialista Italiano (TOLEDO, 2004), mas também do distanciamento em relação ao anarquismo pelo qual passava o sindicalismo revolucionário francês após a Carta de Amiens, em 1906.

Até Luigi Fabbri, um notório defensor das Ligas de Resistência e da proximidade programática dos anarquistas em relação às organizações operárias (FABBRI, 1906), o homem intelectualmente mais próximo a Malatesta, passou a ter sérias restrições às estratégias diretivas dos sindicalistas revolucionários que se distanciavam da ideia para uma futura sociedade libertária:

E qualquer um vê quanta diversidade exista entre o sindicalismo propriamente dito do qual nós somos partilhadores, junto aos nossos amigos de França e além, e o sindicalismo último modelo que alguns assim chamados socialistas revolucionários italianos vão de uns tempos para cá propagando, quase como se fosse deles: - um sindicalismo revolucionário de palavras, legalitário nos fatos, que copia palavra por palavra as frases do sindicalismo francês fingindo ignorar-lhe a característica antiparlamentar.

[...] E a ideia sindicalista, de origem libertária, libertária e revolucionária em sua essência, desse modo a gastarão, como gastaram tantas ideias,

métodos e manifestações de índole, método e de origem completamente legalitárias¹⁰.

Se a crítica ainda restringia-se aos sindicalistas revolucionários italianos, a partir de 1906 se estenderá também aos franceses, provocando a cisão no Congresso anarquista de Amsterdam em 1907. Émile Pouget, um dos pilares da CGT francesa, questionado por Luigi Fabbri se ainda permanecia anarquista respondeu-lhe que sim, mas cada vez mais sindicalista. Como adverte Rene Berthier (2017, p. 255-305), nesse momento da história o sindicalismo revolucionário começa a se distanciar do anarquismo, ou do que já poderíamos considerar como sendo o futuro anarcossindicalismo e, particularmente na Itália, aproximou-se do socialismo da CGdL (ainda que em 1912 os sindicalistas revolucionários italianos tivessem construído sua própria união sindical autônoma, a USI). Com a vitória do bolchevismo na Rússia, em quase todos os locais do mundo onde o sindicalismo revolucionário pode se desenvolver (Itália-USI, França-CGT-SR, EUA-IWW, Argentina-FORA, etc.), ele se aproximará de sua concepção anarcossindicalista com a fundação da AIT de Berlim, em 1922 (ROCKER, 2007, BERTHIER, 2017, p. 298-305)¹¹.

Apesar da existência de vários anarquistas puramente individualistas no Brasil ao final do século XIX, como Pio Spadea, a maioria dos ativistas italianos que aportaram por aqui foi seguidora ou simpatizante da tendência política do anarquismo malatestiano e gravitavam entre a propaganda social através da imprensa e das escolas ou da ação dentro dos sindicatos, não sendo ambas excludentes. Entre esses nomes de projeção do movimento anarquista em São Paulo figuravam Oreste Ristori, Gigi Damiani, Alessandro Cerchiai e Angelo Bandoni, que editaram o jornal *La Battaglia* entre os anos de 1904 e 1913, o jornal operário paulistano que alcançou a maior tiragem nesse período. *La Battaglia*, originário do grupo de ação denominado “La Propaganda”, alcançou uma tiragem média semanal de 5.000 exemplares com picos em alguns números de até 8.000 cópias. Para um

¹⁰ Luigi Fabbri, Il sindacalismo, *Il Pensiero*, Roma, 1 de junho de 1905, “E ognun vede quanta diversità ci sia tra il sindacalismo propriamente detto di cui siamo partigiani noi, insieme coi nostri amici di Francia e altrove, e il sindacalismo ultimo modello che alcuni cosidetti socialisti rivoluzionari italiani vanno da un pò di tempo propagando, quase come cosa lora: - un sindacalismo rivoluzionario a parole, legalitario nei fatti, che copia parola per parola le frasi del sindacalismo francese fingendo di ignorarne la caratteristica estremamente antiparlamentare; [...] E l'idea sindacalista, di origine libertaria e rivoluzionaria nella sua essenza, a questo modo la guasteranno, come hanno guastato tante idee, metodi e manifestazioni d'indole e di origine tutt'altro che legalitaria”. (apud ANTONIOLI, 2006, p. 83).

¹¹ As siglas citadas referem-se a CgdL, Confederazione Generale del Lavoro, USI, Unione Sindacale Italiana, CGT-SR, Confédération Générale du Travail – Syndicaliste Révolutionnaire, IWW, Industrial Workers of the World, FORA, Federación Obrera Regional Argentina.

país de analfabetos ter uma média de 20 mil leitores por semana entre os trabalhadores pode ser considerado um grande feito, ainda mais que a população de São Paulo, na virada do século, não ultrapassava os 200 mil habitantes. Um de seus redatores, Gigi Damiani, após sua expulsão no Brasil em 1919 se tornará o braço direito de Malatesta na Itália na redação de *Umanità Nova*, periódico oficial até o presente da Federação Anarquista Italiana, aderente à IFA¹².

A penetração desse periódico anarquista, que manteve uma orientação independente apesar de reproduzir em muitos casos o pensamento de Malatesta, mostra a força do anarquismo como movimento social nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, onde exerceu, inclusive, forte influência no campo. Grande número de imigrantes veio trabalhar nas fazendas de café para onde foram trazidos por intermédio de consulados ou agências especializadas, que eram verdadeiras máfias de recrutamento. Prometiam-lhes o paraíso e lhes entregavam o “Inferno nas fazendas”, título de um dos primeiros editoriais de *La Battaglia*, em junho de 1904. Os acordos firmados dificilmente eram cumpridos ou respeitados, praticamente sujeitando os colonos a um regime de escravidão por dívidas. E quando tentavam fugir eram perseguidos e, se fossem presos, eram torturados ou assassinados pelos capangas dos fazendeiros, com a cumplicidade das autoridades locais. Oreste Ristori empreendeu um trabalho investigativo e de denúncia das condições de trabalho escravo nas fazendas através do jornal *La Battaglia*, durante os anos de 1906 e 1907. Essa sua investigação através de viagens para visitar as fazendas do interior do Estado de São Paulo gerou a campanha impressa *Contra A Imigração ao Brasil* que foi publicada em italiano e em português e provocou uma sensível redução na chegada de italianos ao Brasil, fato que foi uma das causas para a promulgação da futura lei de deportação de estrangeiros no ano seguinte (AUTOR, 2015, p. 151-159).

Muitos outros periódicos circularam nas ruas paulistas nesses anos de início de século XX: *O Amigo do Povo*, *Germinal*, *A Lanterna*, *A Batalha*, para nomear somente alguns deles. Todos esses periódicos promoveram um tipo de anarquismo no qual a educação e a cultura eram instrumentos fundamentais para a emancipação e libertação dos indivíduos

12 A IFA, International of Anarchist Federations, <http://i-f-a.org/index.php/pt-BR/>, reúne um conjunto significativo de federações nacionais, regionais e coletivos dentro de uma compreensão do anarquismo que se convencionou chamar de síntese anarquista, pois sua primeira referência histórica remeteria à publicação do artigo de Volin na *Revue Anarchiste*, 1924, (disponível em https://cras31.info/IMG/pdf/voline_1924_synthese-anarchiste.pdf) e cujas ideias foram posteriormente desenvolvidas por Sébastien Faure em *La Synthèse Anarchiste*, publicado em 1927, e pelo próprio Volin em 1934, ambas como respostas à Plataforma da qual já escrevemos na nota anterior.

de todas as formas de opressão. A campanha pela construção de escolas anarquistas foi tema recorrente nesses periódicos. A escola moderna baseada nos métodos pedagógicos de Francisco Ferrer viria a cumprir papel importante para a propaganda libertária entre os filhos dos trabalhadores, principalmente após 1909, ano do fuzilamento do pedagogo catalão. Em quase todos os círculos sociais ligados aos grêmios e aos sindicatos operários em São Paulo e nas maiores cidades do interior paulista havia uma escola para os filhos dos associados. Administradas pelos próprios trabalhadores, geralmente eram mantidas por listas de apoio, uma prática anarquista de autogestão de suas instituições, que atendia desde a gestão das escolas até, eventualmente, a de fábricas ocupadas.

Além da imprensa e da escola, as festas de propaganda, com concertos musicais e encenação de dramas populares, ocuparam muito espaço entre os anarquistas imigrantes italianos, inclusive nas cidades interioranas paulistas. Nos círculos sociais operários, ou em salões alugados eram organizados bailes aos sábados cuja arrecadação era revertida para a continuidade da propaganda anarquista, para manter uma reserva financeira na época das greves, ou para ajudar na defesa de algum companheiro detido pela polícia. O teatro anarquista também era outro componente dessas festas, quando eram encenadas peças dramáticas como o *Primeiro de Maio*, do italiano Pietro Gori, na qual se retratava o conflito de classe e a exploração capitalista do trabalho humano.

Podemos considerar que as duas primeiras décadas do século XX foi um período muito efervescente para a propaganda anarquista e para a organização do movimento operário como um todo, o que trouxe a consequente melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Contudo, ao mesmo tempo em que isso ocorria, incrementavam-se, também no Brasil, os mecanismos patronais e estatais de repressão. O combate às associações de trabalhadores que já havia dado sinais muito violentos durante as greves ferroviárias de 1906 levando à formulação da Lei de Deportação de Estrangeiros, a chamada Lei Adolfo Gordo de 1907, passou a se desenvolver de modo ainda mais intenso na década de 1910. A perseguição aos jornais operários, com investidas policiais queimando os estoques e destruindo os equipamentos gráficos, mostraram que tanto o Estado quanto o capitalismo brasileiro não cederiam facilmente às reivindicações e luta dos trabalhadores. Especificamente em relação aos estrangeiros, o governo estadual em São Paulo, através do Secretário de Segurança Pública Washington Luiz, futuro Presidente da República, empreendeu feroz perseguição aos anarquistas. A partir de 1907 a expulsão de estrangeiros tornou-se prática comum, contudo, devido às brechas em sua redação, a vulgarmente

chamada Lei Adolfo Gordo não se mostrou muito eficaz, pois impedia a expulsão de estrangeiros chegados há mais de três anos no país ou que já tivessem estabelecido uma família brasileira. E esses já eram a maioria, o que demonstra novamente que a planta exótica anarquista já havia fincado sólidas raízes em clima tropical.

Entre as perseguições empreendidas pela polícia paulista consta a curiosa luta anticlerical de Oreste Ristori que no ano de 1909 combateu de modo agressivo a Igreja Católica que acobertou o assassinato da menina Idalina cometido pelo padre Faustino Consoni no Orfanato Cristovão Colombo. A denúncia seguida de campanha pedindo semanalmente a condenação do padre foi levada durante dois anos às páginas de *La Battaglia* e apontava para outro campo de luta dos anarquistas: a crítica contra os abusos e a prática doutrinária da Igreja junto aos trabalhadores. O jornalista Edgard Leuenroth editor de *A Lanterna*, um nome histórico do anarquismo brasileiro que se tornaria seu maior arquivista, também esteve envolvido na mesma campanha que tinha um objetivo claro; desmoralizar a Igreja Católica vista na época como grande rival na luta para a libertação intelectual dos trabalhadores. O anticlericalismo de Ristori foi motivo de forte perseguição policial e antes de fugir para a Argentina em 1917 o agitador toscano refugiou-se no Rio de Janeiro a partir de meados da década de 1910. Na então capital federal, Ristori encontrou um anarquismo bastante organizado resultado de anos de contato entre os trabalhadores cariocas e os imigrantes anarquistas, principalmente de portugueses aportados na Baía de Guanabara, dentre os quais a passagem de Neno Vasco destaca-se pela significativa influência (SAMIS, 2009).

Os ativistas da causa anarquista logo sentiram a necessidade de que sua propaganda alcançasse os trabalhadores de língua portuguesa. Mas o Brasil só viria a ter jornais declaradamente anarquistas redigidos e impressos em português ao final do século XIX (*O Libertário* em São Paulo e *O Despertar* no Rio de Janeiro, ambos em 1898). Ainda assim, na cidade de São Paulo, os jornais anarquistas escritos em português muitas vezes continuaram contando com seções em italiano ou em espanhol e os jornais anarquistas em idioma italiano continuaram circulando até a década de 1920. O jornalismo anarquista em língua portuguesa no Brasil consolidou-se e ampliou seu alcance a partir de 1902 quando foi editado em São Paulo o jornal *O Amigo do Povo*. Além desse periódico, o anarquista e sindicalista português Neno Vasco (1878-1920) redigiu a revista *Aurora* (1905) e também o periódico *A Terra Livre* (1905 a 1910).

Nessa divisão geográfica do transnacionalismo anarquista no Brasil, os militantes de origem italiana no Rio de Janeiro não foram muitos, mas nem por isso sua contribuição foi menos intensa. Dentre eles podemos destacar o casal Luís e Matilde Magrassi. Gráfico de profissão, Magrassi fixou-se no Rio vindo de São Paulo por volta de 1904. Na capital federal, em função das peculiaridades locais do movimento anarquista mais próximo do sindicalismo, forma herdada da imigração majoritariamente ibérica, pode desenvolver intensa atividade sindical, sendo figura importante no lançamento ou manutenção de diversos periódicos libertários e um dos principais organizadores do I Congresso Operário Brasileiro em 1906. Matilde Magrassi foi uma colaboradora constante da imprensa libertária, escrevendo e publicando vários textos. O sapateiro Pedro Matera, que chegou ao Rio de Janeiro no século XIX ainda menino, estabeleceu desde a primeira década do século XX uma escola para operários e seus filhos do então bairro fabril de Vila Isabel. Matera e a Escola Livre 1º de Maio irão se ligar estreitamente à história das lutas sociais do bairro, principalmente aos conflitos classistas com o patronato da fábrica de tecidos Confiança, poderosa indústria têxtil a dominar a região e que congregava milhares de operários (SILVA, 2015).

No final da década de 1910, influenciada pela greve geral de 1917 em São Paulo (LOPREATO, 2000) e pela insurreição anarquista no Rio de Janeiro em 1918 (ADDOR, 2002), outra forte onda de repressão aos estrangeiros que permaneceram em território brasileiro se desencadeou. Mas, dessa vez, a nova Lei de 1919, tinha uma prática muito mais arbitrária. Qualquer estrangeiro que o governo federal considerasse como um perigo para a segurança nacional podia ser deportado. Gigi Damiani foi um desses que ao retornarem para a Itália escreveu *No país onde não se deve emigrar*. Eram outros tempos, revoluções socialistas se espalhavam mundo afora e o Estado brasileiro não poupou esforços para combater os anarquistas estrangeiros nestas terras.

Comentário final

Falar sobre as relações entre anarquismo e imigração italiana que se desenvolveram após o início da I Guerra até a emergência da ditadura varguista e a grande repressão desencadeada a partir de 1936, período que sepulta o ativismo transnacionalista em nossa história com a expulsão de uma grande quantidade de ativistas estrangeiros, dentre eles muitos italianos (AUTOR, 2014, p. 89-110), é tema para outro artigo. O que podemos concluir aqui é que a característica transnacional do anarquismo italiano também esteve

presente no Brasil, principalmente durante a fase de chegada dos ativistas italianos do movimento anarquista internacional ao Brasil, ou seja, até a primeira década do século XX. A partir da segunda década desse século, o enraizamento dos imigrantes italianos em terras brasileiras e o nascimento de uma segunda geração de filhos desses emigrados fará com que os temas nacionais suplantem a endogenia anterior de fato existente no meio da comunidade italiana e logo poderemos constatar o surgimento de uma prática de anarquismo mais caracteristicamente brasileira, mas significativamente influenciada pela tradição transnacional do anarquismo italiano, da qual seu principal representante impresso foi o jornal paulista *A Plebe*.

Referências bibliográficas

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau, NOVAIS, Fernando (orgs.). *História da vida privada no Brasil. Da Belle Epoque à Era do Rádio*. Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 215-288.

ANTONIOLI, Maurizio. *Il Sindacalismo italiano. Dalle origini al fascismo. Studi e ricerche*. Pisa: BFS ed., 1997.

ANTONIOLI, Maurizio. Luigi Fabbri e il sindacalismo. In: ANTONIOLI, Maurizio e GIULIANELLI, Roberto (orgs.). *Da Fabriano a Montevideo. Luigi Fabbri: vita e idee di un intellettuale anarchico e antifascista*. Pisa: BFS ed., 2006, p. 77-98.

ANTONIOLI, Maurizio et al (orgs.). *Dizionario bibliografico degli anarchici italiani*. Vol 2. Pisa: BFS ed., 2004. Disponível em Collezioni Digitali Biblioteca Franco Serantini <http://bfscollezionidigitali.org/index.php/Detail/Object/Show/object_id/2259>

ANTONIOLI, Maurizio e GANAPINI, Luigi. *I sindacati occidentali dall'800 ad oggi*. Pisa: BFS ed., 2004.

ANTONIOLI, Maurizio e MASINI, Pier Carlo. *Il sol dell'avvenire. L'anarchismo in Italia dalle origini alla prima guerra mondiale (1871-1918)*. Pisa: BFS ed., 1999.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá. A trajetória libertária de Angelo Bandoni entre propaganda e educação, *Semina* (UPF), v. 15, n. 2, p. 76-95, jun-dez 2016. Disponível em <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/6855>>.

BERTHIER, René. *Commentaires sur "Black Flame"*. Paris: Cercle d'Études libertaires Gaston-Leval, 2017.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Imigrantes Espanhóis na Paulicéia. Trabalho e sociabilidade urbana (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP, 2009.

CERRITO, Gino. *Dall'insurrezionalismo alla settimana rossa: Per una storia dell'anarchismo in Italia, 1881-1914*. Florença: Crescita Politica, 1977.

_____. "Il ruolo della organizzazione anarchica". *L'efficientismo organizzativo, il problema della minoranza, il periodo transitorio, classismo e umanesimo*. Catania: RL, 1973

DADÀ, Adriana. *L'anarchismo in Italia: fra movimento e partito*. Milão: Teti, 1984.

DAMIANI, Gigi. Le colonie sperimentali. La colonia Cecilia di Giovanni Rossi. *Umanità Nova*, a. XXVIII, n. 6, Roma, 8 fev. 1948.

FELICI, Isabelle. *Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Tese / Doutorado em Estudos Italianos. Univ. Sorbonne Nouvelle-Paris III, Paris, 1994.

_____. Gli anarchici italiani di San Paolo e il problema dell'organizzazione operaia (1898-1917). In: BLENGINO, Vanni, FRANZINA, Emilio, PEPE, Adolfo (orgs). *La Riscoperta delle Americhe*. Milão: Teti ed., 1994a, p. 326-38.

FABBRI, Luce. *Luigi Fabbri. Storia di un uomo libero*. Pisa: BFS ed, 1996.

FABBRI, Luigi. *L'organizzazione operaia e l'anarchia : (a proposito del sindacalismo)*. Roma : Casa Ed. "Il Pensiero", 1906.

FONTENIS, Georges. *Manifeste du Communisme Libertaire*. Paris: Éditions du Libertaire, 1953.

FRANZINA, Emilio. *A Grande Emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

FRESCURA, Bernardino. *Guida allo Stato di San Paolo nel Brasile*. Piacenza: Favari, 1904.

GALEANO, Diego, ALBORNOZ, Martin. Anarquistas y policías en el atlántico sudamericano: una red transnacional, 1890-1910, *Boletín del Ravignani*”, Buenos Aires, n. 47, 2017, p. 101-34. Disponível em <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/ravignani/article/download/11080/9900>

HALL, Michael. Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920. *Quaderni Storici*, Urbino, n. 25, a. IX (1), 1974, p. 138-159.

HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos. Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1970.

KLEIN, Herbert. A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, 1989, p. 95-117.

JENSEN, Richard Bach. The International Campaign Against Anarchist Terrorism, 1880–1930s. *Terrorism and Political Violence*, v. 21, 2009, p. 89-109. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/09546550802544862>>

LEVY, Carl. Italian Anarchism, 1870–1926. In: GOODWAY, David (org.). *For Anarchism: History, Theory, and Practice*. Londres: Routledge, 1989.

LOPREATO, Cristina. *O espírito da revolta*. São Paulo: Annablume, 2000.

MALATESTA, Errico. *Em torno de uma polêmica. Anarquismo libertário e Revisionismo autoritário*. São Paulo, 1932.

_____. Sindicalismo: a crítica de um anarquista. In: WOODCOCK, George (org.) *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 203-207.

MASINI, Pier Carlo. *Storia degli anarchici italiani. Da Bakunin a Malatesta*. Milão: Rizzoli, 1982.

_____. *Storia degli anarchici italiani nell'epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli, 1983.

MARINI, Gualtiero. *Revolução, anarquia e comunismo. Às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. Tese / Doutorado em Ciência Política. IFCH-UNICAMP, Campinas, 2017.

MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PERNICONE, Nunzio. *Italian Anarchism, 1864–1892*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

ROCKER, Rudolf. *Os soviets traídos pelos bolcheviques*. São Paulo: Hedra, 2007.

RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros*. Vol 1. Rio de Janeiro: VJR ed., 1994.

AUTOR, 2015.

AUTOR, 2014.

ROSOLI, Gianfausto. *Un secolo di emigrazione italiana 1876-1976*. Roma: Cser, 1978.

ROSSI, Adolfo. Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo (Brasile). *L'Italia coloniale*, Roma, a. III, n. 6, jun.1902.

ROSSI, Giovanni. *Un comune socialista*, Milão: Biblioteca socialista della Plebe, Tip. F. Pagnoni, 1878.

SAMIS, Alexandre. *Neno Vasco: minha pátria é o mundo inteiro*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SANTARELLI, Enzo. *Il socialismo anarchico in Italia*. Milão, Feltrinelli, 1973.

SENTA, Antonio. *Utopia e azione. Una storia dell'anarchismo in Italia (1848-1894)*. Milão: Eleuthera, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar/mai. 2002.

SEIXAS, Jacy. *Memoire et oubli*. Paris: Ed. Maison des Sciences le l'homme, 1992.

SILVA, Erica Sarmiento. *Galegos no Rio de Xaneiro (1850-1920)*. Santiago de Compostela: USC, 2007.

_____. Galegos no Rio de Xaneiro. *Estudos Migratórios*, v. 1, 2009, p. 7-29.

SILVA, Pedro Henrique Prado. *A escola operária 1º de maio e Pedro Matera: a Educação popular como instrumento Revolucionário no Brasil (1903-1934)*. Dissertação / Mestrado em Educação, UNIRIO/CCH, Rio de Janeiro, 2015.

SOUSA, Fernando et al (orgs.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2006.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário. Trabalhadores e militantes na São Paulo da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

TURCATO, Davide. Italian Anarchism as a Transnational Movement, 1885-1915. *IRSH*, Amsterdam, n. 52, p. 407-444, 2007. Doi:10.1017/S0020859007003057.

_____. *Errico Malatesta: Opere complete* Vol. 3 a 5. Milão: Zero in Condotta, 2011, 2015.

WOODCOCK, Georges. *História das ideias e movimentos anarquistas* 2 vol. Porto Alegre: L&PM, 2002.

